

Política econômica Grupo de economistas do Real não deve participar do novo governo

Chega ao fim a hegemonia da PUC

Ribamar Oliveira, De Brasília

Cabeças coroadas

Economistas da PUC-Rio no governo FHC*



André Lara Resende
Presidente do BNDES

O fim do governo Fernando Henrique Cardoso marcará o ocaso da mais duradoura hegemonia de uma faculdade na condução da política econômica do país. Em dezembro, o grupo de economistas originários da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) completará nove anos e sete meses no comando das decisões econômicas. Mesmo que o candidato do governo ganhe as eleições presidenciais de outubro, a equipe deverá ser trocada.



Armínio Fraga
Presidente do BC

Armínio Fraga, presidente do Banco Central, é o único integrante de peso do grupo da PUC-Rio, que ocupa cargo importante, que poderá permanecer no governo, caso o candidato do PSDB à presidência, José Serra, ganhe as eleições. De acordo com pessoas próximas a Serra, ele considera que a política cambial executada por Armínio é correta e inteligente. Mas isso não significa um compromisso pessoal e nem político entre ambos sobre a permanência do presidente do BC.



Beny Parnes
Diretor do BC

O problema é que Armínio tem dito a amigos que se sentiria mais confortável para permanecer no cargo se o Congresso aprovar a lei que dá autonomia operacional ao BC e mandato a seus diretores. Ninguém no PSDB desconhece que Serra é contra essa autonomia. Além disso, no quadro político atual, dificilmente o projeto que dá nova redação ao artigo 192 da Constituição, e que permitiria a aprovação da lei sobre o BC, será aprovado.



José Guilherme Reis
Secretário de política econômica da Fazenda

Os demais candidatos à sucessão de FHC querem trocar toda a equipe econômica, inclusive Armínio. Mas é evidente que, sendo a PUC-Rio uma escola de excelência em economia, professores seus ou mesmo ex-alunos serão convidados a participar de futuros governos. O improvável, no entanto, é que se repita a hegemonia que ocorreu durante o governo Fernando Henrique.



Demóstenes Madureira de Pinho Neto
Diretor do BC

O ex-presidente do BC Gustavo Franco acha que os economistas formados pela PUC vão continuar sendo chamados para o governo. "Não há mais lugar para amadores no comando da economia e a PUC é uma das escolas de elite a formar os melhores profissionais do país", diz. "O governo Fernando Henrique marca o início do predomínio da racionalidade econômica, da teoria e do profissionalismo em gestão da política econômica, e a perda de espaço do populismo, do estruturalismo, do desenvolvimentismo e do voluntarismo social".



Edmar Bacha
Presidente do BNDES

Para Edward Amadeo, ex-ministro do Trabalho e ex-secretário de política econômica, "a participação dos economistas da PUC no debate público continuará". Os fatos estão lhe dando razão. O economista José Márcio Camargo, da mesma escola, propôs a criação do seguro social universal - o carro chefe do programa econômico apresentado recentemente pelo PMDB.



O "grupo da PUC-Rio" começou a entrar no governo quando, em maio de 1993, FHC foi escolhido pelo presidente Itamar Franco para ocupar o Ministério da Fazenda. Ele estava nos EUA. De Nova York, FHC convidou o economista Winston Fritsch para fazer parte da nova equipe econômica. Convidou também Edmar Bacha para uma reunião em Brasília no dia seguinte. Bacha resistia a entrar no governo. Logo em seguida, foram feitos convites a André Lara Resende e Pérsio Arida.



FHC pediu a Pedro Malan que permanecesse no cargo de negociador da dívida externa, atribuição que ele vinha desempenhando desde a gestão do ex-ministro Marcílio Marques Moreira. O convite a Gustavo Franco também veio dos EUA e foi feito por Malan. Ele lembra de ter recebido um telefonema de Armínio Fraga, que, na época, trabalhava para George Soros, mas mantinha freqüentes conversas com Fernando Henrique.



Quando o então líder do PSDB na Câmara, deputado José Serra (SP), soube dos nomes dos economistas escolhidos por Fernando Henrique, não conteve sua insatisfação. "Mas é tudo gente da PUC-Rio", comentou. Durante os dois mandatos de FHC, Serra tornou-se o principal opositor dentro do governo às idéias do "grupo". Ele liderou o que veio a ser conhecido como "grupo desenvolvimentista" - integrado por ministros e assessores do alto escalão que defendiam uma agenda que desse prioridade ao crescimento econômico, estímulo às exportações e criação de uma política industrial.



Serra era chamado de "cepalino" por alguns integrantes do grupo da PUC-Rio, uma referência aos anos em que ele trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), órgão da ONU. O termo é geralmente usado para qualificar um economista estruturalista, que identifica grandes falhas na ação do mercado. Fora do governo, o grupo enfrentou uma oposição sistemática do ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, deputado Delfim Netto (PPB-SP), sobretudo durante o primeiro mandato de FHC, quando prevaleceu a política de câmbio fixo e altas taxas de juros.



A época em que Delfim comandou a política econômica brasileira também foi marcada pelo predomínio de uma escola: a Universidade de São Paulo (USP), que forneceu os economistas para os principais cargos da área econômica. No passado, outros centros de estudos tiveram a hegemonia na condução da política econômica, como foi o caso da Fundação Getúlio Vargas (FGV), na época de Eugênio Gudin. Mas nenhum deles por tanto tempo.



Ao todo, 13 economistas originários da PUC-Rio ocuparam os mais importantes cargos da área econômica durante os dois mandatos de Fernando Henrique. Passados esses anos, Malan parece figurar como elemento central do "grupo" por causa, principalmente, da estreita relação que passou a ter com o presidente da República.



Assim que pode, FHC colocou Malan no BC. Quando deixou o Ministério da Fazenda para concorrer à Presidência da



República, tentou por duas vezes deixar Malan em seu lugar. Não conseguiu. O presidente Itamar Franco preferiu Rubens Ricuperro e, com a queda deste, o governador do Ceará, Ciro Gomes.

Se Malan passou a ser o preferido de FHC e outros membros do grupo foram os formuladores das principais idéias do Plano Real, não há dúvida que o grande operador da equipe, no início do Plano Real e no primeiro mandato de Fernando Henrique, foi Gustavo Franco. A ele é atribuída a operacionalização da Unidade de Referência de Valor (URV), a redação da própria medida provisória do Real e a gerência da política cambial do primeiro mandato.

FHC já conhecia, há longo tempo, o trabalho acadêmico de Bacha e Malan. Bacha era filiado ao PSDB. Conhecia também Winston Fritsch, que na campanha de Mário Covas à Presidência da República, em 1989, fez parte da "Comissão de Programa", presidida por FHC. Tinha respeito e admiração por eles e deixou que escolhessem os demais integrantes da equipe econômica.

No primeiro momento, a cúpula do PSDB quis saber que tipo de autonomia Itamar Franco iria dar a Fernando Henrique no Ministério da Fazenda. Todos temiam a instabilidade do presidente e sua implicância com o Banco Central, o qual só chamava de "caixa preta". Fizeram uma reunião para discutir essa questão. "A escolha de toda a equipe econômica foi obra exclusiva de Fernando Henrique e do PSDB. Itamar deu inteira liberdade a eles", lembra o senador Roberto Freire (PPS-PE), que na época era deputado e líder do governo na Câmara.

Com total liberdade, FHC concentrou-se no grupo da PUC-Rio, a partir de Bacha, Fritsch e Malan, todos professores ou ex-professor da universidade. A eles juntaram-se Gustavo Franco, Pêrsio Arida e André Lara Resende, que também estudaram ou foram professores da mesma escola. Depois vieram Chico Lopes, Demóstenes Madureira Pinho Neto e Edward Amadeo. No segundo mandato, chegaram Armínio Fraga, José Guilherme Reis, Ilan Goldfajn e Beni Parnes, tendo esse último assumido seu posto de diretor do BC em janeiro último.

Quando soube dos nomes escolhidos por FHC, Serra não se conteve: "Mas é tudo gente da PUC do Rio"

A única exceção, no início, foi a escolha do executivo Clóvis Carvalho, que saiu da empresa Villares para a secretaria-executiva do Ministério da Fazenda, por sugestão de José Serra. Clóvis - o "estranho no ninho" - passou a ser uma espécie de gestor da equipe, liberando Fernando Henrique para cuidar do que mais gosta: política.

Ao ingressar no Ministério da Fazenda em 1993, o grupo tinha uma noção clara do que fazer. "Fizemos um diagnóstico detalhado cujas grandes linhas eram baseadas na idéia de que o velho modelo de desenvolvimento sustentado em inflação e fechadura estava falido e que a expressão dessa falência era a hiperinflação", diz Gustavo Franco. Bacha resume: "Era preciso debelar a inflação para pensar o desenvolvimento. Para isso, o primeiro passo era um ajuste fiscal, via Fundo Social de Emergência (FSE). O segundo, a desindexação, via URV. Depois, agüentar o tranco, para não repetir os erros do passado. E, então, partir para as reformas que assegurassem o crescimento da produtividade e a retomada da formação de capital".

A hegemonia começa no nascedouro do Plano Real. "O grupo chegou ao governo em maio de 1993, quando a maior parte dos outros 'grupos' estava escondida sob da mesa para não assumir o país com 35% de inflação por mês e ter de preparar alguma coisa tendo como presidente o Itamar, que era contrário, e continua sendo, a tudo que entendíamos como essencial a título de reformas. Ou seja, os cargos estavam, por assim dizer, vagos. Entramos e colocamos as coisas para funcionar", lembra Gustavo Franco.

Bacha prefere falar em "influência" e não em hegemonia conquistada pelo grupo da PUC-Rio. "Boas idéias, experiência prévia de governo e mais a integração política com o PSDB garantiram a influência, não a hegemonia do grupo", diz ele. "A coisa funcionou por causa de uma 'química' pessoal muito boa, associada a um grande respeito intelectual mútuo".

A intimidade entre os integrantes do "grupo" era grande e as coisas passaram a ser decididas numa espécie de "bunker" - uma reunião no Ministério da Fazenda toda terça-feira pela manhã. Nessas reuniões, lembra Gustavo Franco, não havia distinção entre assessor, ministro, ou secretário. Quase tudo era decidido por consenso. Uma vez instalado na presidência, FHC mudou a sistemática e a hierarquia dos cargos terminou dissolvendo o "bunker". O presidente e Clóvis Carvalho resolveram criar "Câmaras" para discutir assuntos variados, como comércio exterior, de infra-estrutura, e para coordenar decisões e recriar um pouco a dinâmica de decisão coletiva que existia anteriormente.

Edward Amadeo, que entrou no governo a convite do ex-ministro do Trabalho e do Planejamento, Paulo Paiva, também acha que não se deve falar em "hegemonia" do grupo PUC-Rio. "O que há é um conjunto de conceitos e ações associados que fazem sentido lógico, com ramificações em diferentes áreas das políticas públicas, e que vêm sendo trabalhados há mais de 15 anos. Esse conjunto, ou pelo menos o seu núcleo, é compartilhado pelos economistas que estão no governo e pelos que permaneceram na Gávea também", observa, numa referência ao Bairro em que está localizada a PUC-Rio.

Winston Fritsch acha que a "hegemonia" é sempre o resultado de idéias e propostas. Ele atribui o predomínio do grupo no governo Fernando Henrique Cardoso "à produção de trabalhos cientificamente rigorosos, mas focados em temática relevante para a política econômica do Brasil (inflação, política fiscal, liberalização do mercado, etc)".

As decisões passaram a ser decididas numa espécie de "bunker": reuniões na Fazenda toda terça-feira

A primeira divergência pública entre eles ocorreu com a crise do México, no final de 1994 e início de 1995. Gustavo Franco e Pêrsio Arida se desentenderam sobre que caminho adotar na área cambial. No início de 1995, o então ministro do Planejamento José Serra quis colocar em votação uma maxidesvalorização do Real durante a primeira reunião da Câmara de Política Econômica. Participavam da Câmara, Clóvis, Malan, Serra e Pêrsio. "Malan disse que isso não era para ser decidido por 4 pessoas. Serra, porque tinha acabado de chegar; Pêrsio, porque estava meio afastado do tiroteiro no BNDES (tinha sido presidente daquele banco); Malan, porque não era operador; e Clóvis por que não era economista", lembra Franco.

O assunto foi levado a Fernando Henrique, que mandou reunir toda a equipe. Tentou-se uma medida conciliatória entre Franco e Arida, que não deu certo. A desvalorização ficou em 5%, a opção das bandas cambiais com correções graduais proposta por Franco prevaleceu e Pêrsio Arida, que queria uma desvalorização maior, saiu do governo. Hoje, Franco acredita que aquela crise poderia ter sido melhor resolvida se o assunto tivesse sido discutido apenas entre ele e Arida. "Acho que chegaríamos a uma fórmula, mas com todo aquele povo, e alguns de má fé, acabou dando confusão".

Aquela foi a primeira crise. A maior, no entanto, ocorreu com a desvalorização do real de 1999, que ainda está na memória de todos. Saíram Gustavo Franco e Chico Lopes no espaço de dois meses. Mas entrou Armínio. **(Colaboraram Cláudia Safatle e Ricardo Amaral)**